

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS CEARENSES NUMA PERSPECTIVA GRAMSCIANA

Vagna Brito de Lima (PPGE/UFAL)^I
vagnabrito@yahoo.com.br

Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos (PPGE/UFAL)^{II}
inaldasantos@uol.com.br

RESUMO:

Este texto apresenta um projeto de pesquisa em desenvolvimento no Curso de Mestrado em Educação, o qual visa realizar um estudo acerca do modelo de gestão democrática implementado nas escolas públicas cearenses entre 2007 a 2010, traçando uma interface com a perspectiva teórico-metodológica da presença do Estado e da efetivação da gestão democrática no âmbito da reforma da educação dos anos 90. O referido estudo parte da leitura dos escritos do pensador Antonio Gramsci acerca da educação e das categorias Reforma, Estado e Democracia no contexto da educação brasileira. Enquanto considerações iniciais, constata-se que a gestão democrática vivenciada nas escolas públicas cearenses, configura-se num modelo de gestão democrática delegada pelo Estado através dos mecanismos da hegemonia capitalista moderna.

Palavras- Chave: Gestão Democrática. Estado. Reforma Educacional

ABSTRACT

This paper presents a research project under development in the Master's Degree in Education, which aims to conduct a study about the model of democratic management implemented in public schools in Ceará between 2007 to 2010, drawing an interface with the theoretical-methodological perspective of the presence of state and the realization of democratic management in the reform of education for 90 years. This study starts from reading the writings of Antonio Gramsci thinker about education and reform of the categories, State and Democracy in the context of Brazilian education. While initial considerations, it appears that the democratic management of public schools experienced Ceará, sets up a model of democratic management delegated by the state through the mechanisms of modern capitalist hegemony

KEYWORDS: Democratic Management. State. Education Reform

INTRODUÇÃO

Este texto organizado a partir do projeto de pesquisa em andamento no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas(UFAL), consiste em um estudo acerca do modelo de gestão democrática implementado nas escolas públicas cearenses entre 2007 a 2010. A primeira consideração trata de uma breve inserção sobre os meandros da História da Educação, nos proporcionou um encontro com as múltiplas categorias e conceitos elaborados na teoria política gramsciana com a perspectiva de entender a realidade. A realidade em questão, vista através do olhar do pensador e militante político italiano que tratou de diversas temáticas tão atuais quanto pertinentes, entre elas a educação.

Neste sentido, procurou-se compreender o princípio da gestão democrática implementado nas escolas públicas dos diferentes Estados da federação brasileira, neste caso específico do Ceará, através das categorias de Reforma, Estado e Democracia, conceituadas pelo militante socialista Antônio Gramsci^{III}.

O objetivo principal da nossa análise é compreender o modelo de gestão democrática implantado nas escolas públicas cearenses (2007-2010), traçando uma interface com a perspectiva teórica que evidencia a presença do Estado e a efetivação da gestão democrática no contexto da reforma da educação dos anos 90.

A segunda consideração é acerca do princípio da gestão democrática enunciado na Constituição de 1988 e posteriormente regulamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96, como resultado das lutas dos educadores nas últimas décadas. A compreensão sobre gestão nos escritos de Gramsci encontra-se implícita no conceito de hegemonia e na concepção de organização política para a construção de uma nova sociedade na Itália, no período entre 1919-1920. Contudo, situa-se a pertinência de uma reflexão sobre as relações de poder que compõem a estrutura do Estado; relações estas econômicas, sociais e culturais da sociedade civil e política (SCHLSNER, 2010).

A terceira consideração refere-se ao processo de implantação da gestão democrática no Estado do Ceará, que teve início em 1995 com a eleição direta para gestores das escolas públicas estaduais.

Considerando este contexto, busca-se aqui dar conta da difícil tarefa de analisar a gestão democrática implantada e o processo de uma efetiva participação da sociedade civil, a partir das referências teóricas e históricas presentes nos escritos de Gramsci. Nesse sentido, percebemos explicitamente a presença da educação nas suas concepções teóricas e políticas como um instrumento de formação do homem para uma concepção de sociedade.

A experiência de gestão democrática nas escolas públicas cearenses, apresenta inúmeros vieses para análise, desde as concepções de sua elaboração até a implantação. Entretanto, por se tratar de um processo que já decorre quinze anos desde o início de sua implantação (1995), privilegia-se aqui analisar o modelo de gestão democrática no contexto do atual governo, especificamente no período de 2007 a 2010^{IV}. Neste sentido, partimos do pressuposto que o modelo de gestão democrática em questão se configura uma experiência de ampliação da democracia no interior das escolas e/ou representa apenas um instrumento para materializar as políticas governamentais da educação para o consenso.

A abordagem metodológica que norteia este trabalho é de cunho qualitativo, bibliográfica e documental, tomou como referência para o estudo as contribuições teóricas de autores como Gramsci (1989, 2006), Nosella (1995), Krawczyk (2000) e Schlsener (2010).

Desse modo, organizamos esse trabalho iniciando com uma breve abordagem sobre o pensador Antonio Gramsci e uma leitura sobre Reforma, Estado e Democracia no contexto da educação, onde procuramos entender os escritos do pensador referentes à educação e as categorias privilegiadas neste estudo; em seguida trabalhamos o entendimento sobre gestão democrática cearense numa perspectiva gramsciana e finalizamos com as considerações iniciais.

GRAMSCI: UMA LEITURA SOBRE REFORMA, ESTADO E DEMOCRACIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

O pensador socialista italiano como já mencionado anteriormente discorreu suas concepções sobre várias temáticas sociais, políticas e culturais. Dentre as quais tratou com bastante ênfase sobre o princípio educativo, onde se buscou a compreensão deste e suas implicações na construção da sociedade capitalista moderna.

Na obra *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* o pensador trata da educação em diversos momentos ao discorrer sobre a formação dos intelectuais, refere-se à escola enquanto “instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (GRAMSCI, 1989, p. 9). Na perspectiva da relação que se estabelece entre Estado e a formação intelectual, Gramsci afirma:

A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a "área" escolar e quanto mais numerosos forem os "graus" "verticais" da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado (1989, p. 9).

Neste sentido, o “Estado organizador” é responsável direto pela organização não só da política, mas, sobretudo da cultura. Logo, buscam-se nos referenciais teórico-metodológicos do pensador, recursos para o entendimento da conjuntura educacional brasileira. Ao descrever sobre a crise da escola em seus escritos, Gramsci salienta a divisão desta em dois tipos, um para a classe trabalhadora e outra para formar a elite intelectual e dominante. “A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais” (GRAMSCI, 1989).

Cumprido ressaltar, que seu pensamento é tão atual quanto pertinente ao contexto educacional que ora se vivencia, é perceptível a ausência de uma escola “desinteressada” e “formativa” (GRAMSCI, 1989) voltada para a formação integral da pessoa, possibilitando que esta faça por si suas escolhas enquanto homens inseridos em contexto histórico, político, social e cultural. Gramsci (1989, p. 118), sugere um tipo de “escola unitária” como solução a esta problemática discriminatória da educação:

A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo.

A escola unitária sugerida por Gramsci nos seus escritos corresponde à educação básica, o aluno deverá concluir os graus por ela oferecidos aos quinze anos, sob total responsabilidade do Estado, “organizada como colégio, com vida coletiva diurna e noturna” (GRAMSCI, 1989). Segundo Gramsci:

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo (GRAMSCI, 1989, p. 125).

Gramsci discorre também sobre as academias e o distanciamento entre teoria e prática, enfim entre cultura e vida, o que obrigatoriamente deverá mudar com o advento da “escola unitária”. Segundo Gramsci, “as academias são o símbolo, ridicularizado freqüentemente com

razão, da separação existente entre a alta cultura e a vida, entre os intelectuais e o povo” (GRAMSCI, 1989).

Em Gramsci, a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, mas é “mediatizada” pelo conjunto das superestruturas que pode ser chamado de sociedade civil e sociedade política. A sociedade política ou Estado, representada pelo poder repressivo dos dominantes e a sociedade civil constituída pelas associações ditas “privadas” (escola, igreja), constituem momento da persuasão e do consenso, onde a dominação se expressa sob a forma de hegemonia. A partir deste contexto, busca-se analisar o princípio da gestão democrática na perspectiva de legitimar as políticas governamentais no âmbito da educação. Tais reflexões das concepções de Gramsci sobre as relações que se estabelecem entre o conjunto das superestruturas, levantam indagações pertinentes a problemática da gestão democrática: Que modelo de gestão democrática se estabelece nas escolas públicas do Ceará? Que democracia se efetiva nessas escolas?

Para Gramsci, só haverá democracia no âmbito educacional a partir do momento que a escola preparar um trabalhador não apenas para o trabalho manual, mas quando preparar o “cidadão” para se tornar “governante”, “a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessária ao fim de governar” (GRAMSCI, 1989). Diante dessa complexidade, parte-se do pressuposto que para compreender o modelo de gestão experienciado nas escolas públicas do Estado do Ceará, urge entender o contexto histórico da sua implantação no bojo das reformas educacionais dos anos de 1990.

A década de 90 caracterizou-se por profundas transformações na economia, nas instituições sociais, culturais e políticas e nas relações que se estabelecem entre essas instâncias. As supracitadas mudanças resultam do processo de mundialização da economia e de restauração da divisão internacional do trabalho, a submissão dos Estados Nacionais e a crescente exclusão social. No contexto das reformas capitalistas, a educação é cada vez mais considerada um instrumento importante no processo de subordinação à lógica econômica; neste sentido, os organismos internacionais^V vincularam as reivindicações históricas de democratização da educação como expansão, equidade e integração aos princípios de competitividade, desempenho e descentralização (KRAWCZYK, 2000, p.2).

As agências financiadoras da política educacional implantada nesse contexto de reforma educacional, obrigaram aos Estados a adaptarem-se sob o risco de sofrerem punição com vista ao cumprimento dos compromissos assumidos. As reformas educacionais em

questão iniciaram-se nos diferentes países no contexto dos compromissos assumidos por seus governos e pelos organismos internacionais na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien na Tailândia, em 1990 (KRAWCZYK, 2000, p.3).

Diante desse cenário, evidencia-se que as reformas educacionais da década de 90, implantaram um novo modelo de organização e gestão da educação pública, seja no sistema ou nas instituições. É nesta perspectiva, que entra o imperativo da gestão democrática dos sistemas educacionais e das escolas públicas como mecanismo de legitimação da democracia, da descentralização, da flexibilidade, da participação e da autonomia envolvendo todos os sujeitos e as instituições educacionais. Nesse sentido, se observa uma série de medidas tomadas no desenrolar da implantação das políticas educacionais promovidas pela reforma, sobretudo, na desarticulação dos movimentos sociais e sindicais.

Ao discutir reforma, cabe procurar conceituar e compreender que o significado restrito da palavra não se trata de ruptura, revolução e sim mudar para melhor, restaurar, modificar, é restabelecer o que está posto de maneira renovada. Na concepção do pensador italiano Antonio Gramsci, busca-se dar conta de compreender essa categoria a partir dos seus escritos ao discutir o termo *Risorgimento*. Sobre o termo italiano, o pensador afirma que:

A esta série puramente italiana se podem ligar outras expressões correspondentes: por exemplo, o termo, de origem francesa e indicador de um fato prevalentemente francês, “Restauração”. O par “formar e reformar”, porque, segundo o significado assumido historicamente pela palavra, uma coisa “formada” se pode continuamente “reformar” sem que entre a formação e a reforma esteja implícito o conceito de um parêntese catastrófico ou letárgico, coisa que, ao contrário, está implícito para “renascimento” e “restauração”. [...] A pesquisa da história destes termos tem um significado cultural não desprezível (GRAMSCI, C. 26, §11, p. 90, Vol.4, 2001).

A teoria política gramsciana muito contribui para compreender uma série de questões pertinentes à problemática da educação brasileira. Entretanto, mesmo a reforma educacional das últimas décadas não representando uma contra-hegemonia ao que está posto, se reconhece a forte marca nas diferentes esferas da sociedade civil. Com efeito, é necessário não esquecer que Gramsci interessa muito pela problemática educacional, entretanto são constantes suas críticas às escolas existentes na Itália do seu tempo (NOSELLA, 1995).

Para Gramsci, na Itália nunca houve uma reforma intelectual e moral radical que realmente envolvesse as massas populares, nomeia reformas como o Renascimento na França do século XVIII, entre outros movimentos ocorridos na Europa que só envolveram as classes altas e/ou os intelectuais. Ainda sobre reforma o pensador afirma que “O materialismo

histórico, por isto, terá ou poderá ter esta função não só totalitária como concepção de mundo, mas totalitária na medida em que atingirá toda a sociedade a partir de suas raízes mais profundas” (GRAMSCI, 2006, p.233).

O processo de globalização presenciado nas últimas décadas no Brasil, proporcionou uma expansão do capitalismo e consequentemente resultou em novas relações de produção, que exigem diferentes habilidades das classes trabalhadoras. Com efeito, as mudanças ocorridas no mundo nas últimas décadas impõem novos desafios à educação.

O argumento democrático que mobiliza as políticas educacionais se fundamenta na concepção hegemônica de democracia tutelada pelo Estado (sociedade política). A partir do pressuposto que uma gestão realmente democrática seja do sistema educacional ou das instituições escolares, deve estar voltada para uma compreensão histórica dos indivíduos, com vista à formação humana a fim de habilitar os governados a exercerem funções governantes e vice-versa. Neste sentido, busca-se compreender o modelo de gestão democrática que se tem implantado nas escolas públicas numa perspectiva realmente democrática.

Os escritos teóricos e políticos do pensador italiano Antonio Gramsci, possibilitam a reflexão sobre o processo de gestão democrática da educação e, sobretudo sobre os conceitos de reforma, democracia e Estado. Na perspectiva gramsciana, só haverá democracia no âmbito educacional a partir do momento que a escola preparar um trabalhador não apenas para o trabalho manual, mas quando preparar o “cidadão” para se tornar “governante”. Segundo Gramsci:

Mas a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em um operário manual se torne qualificado, mas em que cada “cidadão” possa se tornar “governante” e que a sociedade o coloque, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessárias ao fim de governar. (1989, p. 137).

A coexistência no mesmo sistema educacional de diferentes tipos de escola, uma para a classe trabalhadora preocupada em instrumentalizar para o mercado e outra para as elites destinadas a formar o dirigente; não se concebe a existência de uma educação realmente democrática, visto que em seu bojo, se reproduz as diferenças desde sempre existentes em contraposição a uma “escola única”, “desinteressada”. Sobre esse tipo de escola “desinteressada” Gramsci fala:

A tendência, hoje, é de abolir qualquer tipo de escola “desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa”, ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. (1989, p. 118)

Na atual conjuntura econômica, o que se observa é o interesse capitalista imediato de atender as necessidades produtivas que exigem do trabalhador mais conhecimento e habilidade técnica. Neste cenário político-econômico, as políticas educacionais ditas democráticas se determinam em atender as exigências impostas pelo mercado, suscitando a seguinte reflexão: Qual o papel do Estado no âmbito da gestão democrática da educação?

A categoria Estado não é tarefa fácil de conceituar ou mesmo discorrer sobre suas diferentes interpretações, muitos foram os pensadores de Aristóteles a Rousseau que já se incumbiram dessa tarefa. A partir da perspectiva Gramsciana, procura-se identificar o papel do Estado no âmbito da gestão da educação, da escola e da democracia. Segundo este pensador:

[...] pode-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de "privados") e o da "sociedade política ou Estado", que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico". Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (1989, p. 10).

Gramsci ampliou o conceito de Estado, incluindo a chamada sociedade política (os aparelhos militares e burocráticos de dominação e coerção) e a sociedade civil (o conjunto dos aparelhos privados através dos quais uma classe ou um bloco de classes luta pela hegemonia e pela direção político-moral, a persuasão) (COUTINHO, 1988). Ainda sobre a mesma compreensão do conceito de Estado em Gramsci, Saviani (1997) afirma que:

Essa questão fica ainda mais clara na formulação de Gramsci. Sabemos que Gramsci alargou o conceito de Estado incluindo aí além da sociedade política (aspecto coercitivo) a sociedade civil (aspecto persuasivo). Nessa perspectiva o Estado não desaparece, mas é identificado com a sociedade civil, a qual absorve a sociedade política. Quer dizer, superada a sociedade de classes, chegado o momento histórico em que prevalecem os interesses comuns, a dominação cede lugar à hegemonia, a coerção à persuasão, a repressão se desfaz, prevalecendo a compreensão (1997, p.96).

As experiências de gestão democrática ora vivenciada, consistem na organização do Estado no contexto da implantação das políticas para a educação, não se trata da contra hegemonia da sociedade civil, ou muito menos na superação da sociedade de classe e/ou no desaparecimento do Estado. “[...] a superação da sociedade de classes conduz ao desaparecimento do Estado. Sabe-se que não se trata de destruir o Estado; ele simplesmente desaparecerá por não ser mais necessário” (Saviani, 1997, p. 96).

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS CEARENSES: DIZERES E SENTIDOS

A gestão democrática das escolas públicas cearenses, teve início em meados da década de noventa, precisamente em 1995, foi o primeiro ano das eleições diretas para gestores das escolas públicas estaduais. Entretanto, mesmo sendo esta uma temática do nosso cotidiano, se faz necessário reportar ao começo das reformas educacionais ocorridas no país, no início dos anos 90 ou mesmo fazer referência ao final da década de 1980. O princípio da Gestão Democrática das escolas públicas enunciado na Constituição de 1988, no art. 206 trouxe inovações no capítulo sobre a educação, entretanto, os educadores e a sociedade brasileira ainda precisaram esperar oito anos para a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, que mesmo carregada de frustrações em relação ao projeto original, ainda manteve entre seus onze princípios a garantia no *art. 3º item VIII gestão democrática do ensino público, na forma da Lei e da legislação dos sistemas de ensino.*

As políticas públicas de democratização da educação que se configuraram no contexto das reformas educacionais dos anos de 90, encontraram terreno fértil para a sua materialização. Neste sentido, o Estado do Ceará partiu na frente na perspectiva de materializar a política educacional “Todos pela Educação de Qualidade para Todos” do “Governo das Mudanças” Tasso Jereissati, a fim de adequar a educação cearense às exigências do capitalismo contemporâneo, sob o imperativo dos compromissos assumidos com os organismos internacionais.

Na opinião de alguns educadores cearenses como Sofia Lerche Vieira (2007), a referida inovação na gestão das escolas trouxe muitos ganhos do ponto de vista da alternância do poder, representando alternativa positiva ao anterior critério da indicação política para a nomeação dos cargos de diretores escolares. Sobre esse processo a educadora afirma que:

No período compreendido entre 1995 e 2002, como outras unidades da federação, o Estado deu largos passos na direção da universalização do Ensino Fundamental e da expansão do Ensino Médio. O projeto de governo, resumido na proposta “Todos pela Educação de Qualidade para Todos”,

imprimiu forte ênfase na participação e mobilização da sociedade pela educação. Algumas peculiaridades, entretanto, foram determinantes no processo vivenciado na educação cearense nesses oito anos, duas das quais merecem destaque: o processo de seleção técnica e eleição de diretores e o acelerado processo de municipalização do Ensino Fundamental (VIEIRA, 2007, p. 46).

Com efeito, a eleição para diretores é um procedimento importante, mas não garante em si a efetiva democratização da escola, para tanto, foram mobilizadas outras ferramentas de participação da comunidade no interior da escola como os conselhos escolares e os grêmios estudantis.

O poder presente na gestão democrática está ligado à condução do processo ensino-aprendizagem e nas ações de decisões administrativas. Articular esses elementos a partir de uma reflexão sobre uma concepção de gestão educacional que historicamente tem tido mais força/presença no cotidiano das escolas públicas, cuja característica baseia-se numa visão mercadológico da educação, ou seja, numa fragmentação do trabalho educativo e numa divisão de tarefas, deixando sempre a responsabilidade do todo a cargo de uma única pessoa, que certamente será cobrada e responsabilizada pelo insucesso de cada ação desenvolvida. Numa direção contrária, o perfil de um gestor exige que ele seja autônomo para decidir, compor, orientar e avaliar a escola. Um gestor com habilidade para articular, mobilizar e coordenar o processo educativo de forma a contemplar os diversos interesses políticos e sociais da comunidade, permitindo a participação de todos e não somente de seus pares. Segundo Paulo Freire (2000, p. 28):

A natureza da prática educativa, a sua necessária diretividade, os objetivos, os sonhos que se perseguem na prática não permitem que ela seja neutra, mas política sempre. É a isto que eu chamo de politicidade da educação, isto é, a qualidade que tem a educação de ser política. A questão que se coloca é saber que política é essa, a favor de quê e de quem, contra o quê e contra quem se realiza (FREIRE, 2000, p. 28).

Nessa perspectiva, a gestão democrática que se materializa no interior das escolas se configura na ação de consenso, no processo de adequação à democracia moderna como “tarefa educativa e formativa do Estado” (GRAMSCI, 2002, p. 23), a fim de conseguir a colaboração coletiva através da educação. Contudo, assim percebem-se os sentidos que tomam o princípio da gestão democrática. Segundo Gramsci (2002, p. 23):

Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade

das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade.

Os dizeres sobre a gestão democrática nas escolas públicas cearenses são de avanços e de efetivação da autonomia. A experiência da gestão democrática nas escolas públicas cearenses já decorre há exatos quinze anos desde a referida data inicial (1995), quando teve início a implantação da gestão democrática das escolas públicas no Ceará, sob praticamente o mesmo modelo, salvo algumas alterações a cada gestão. O processo se organiza em diferentes etapas, seleção pública, posteriormente a eleição direta no interior da escola. Após o processo eletivo, o diretor eleito compõe uma equipe de especialistas para fazer parte de um corpo administrativo denominado a partir de 1998 de Núcleo Gestor^{VI}, escolhidos dentre os que também participaram do mesmo processo de seleção, que atuarão sob sua liderança.

No que se refere à competência técnica sobre o exercício do cargo, os critérios de seleção sofreram poucas variações ao longo dos anos 1995, 1998, 2001, 2004 e finalmente em 2009. Com efeito, a legislação que regulamenta esse processo considerado como um instrumento importante para o modelo de gestão democrática implementado pelo Estado, sofreu poucas mudanças desde a sua implantação em 1995, basicamente a maior inovação consistiu em aumentar o mandato do núcleo gestor de três para quatro anos, de acordo com a lei estadual de 2004. Enfim, o modelo de gestão democrática que se estabeleceu no interior das escolas públicas cearense tem os mesmos sentidos desde sua implantação em meados da década de 90.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, constatou-se que as concepções teóricas e políticas do pensador italiano Antonio Gramsci refletem sobre a sociedade num contexto histórico e social do início do século passado, entretanto, seu pensamento continua atual quando aponta os limites para a democracia burguesa no contexto da sociedade capitalista moderna.

Concluimos que o pensador Antonio Gramsci oferece referenciais teórico-metodológicos para uma vasta contribuição na reflexão crítica acerca da educação brasileira. Neste sentido, é possível estabelecer uma estreita relação com a gestão democrática, a qual se materializa no interior das escolas públicas e se configura numa ação para o consenso no processo de adequação do Estado (sociedade política e sociedade civil) às exigências impostas pelo capitalismo moderno e, sobretudo, ao projeto político dos organismos internacionais que através das agências financiadoras^{VII} pactuaram, entre outros imperativos, o princípio da

gestão democrática como condição ao financiamento da educação no contexto da reforma educacional da década de 1990.

É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral GRAMSCI (2002, p. 19).

Com efeito, as idéias de Gramsci fundamentam a investigação sobre o modelo de gestão democrática que se estabeleceu no interior das escolas públicas cearenses. Neste sentido, como considerações iniciais deste estudo, compreende-se que a gestão democrática vivenciada nas escolas públicas cearenses tem suas raízes no âmbito da reforma educacional da década de 90, que se configurou num modelo de gestão democrática delegada pelo Estado através dos mecanismos da hegemonia capitalista moderna.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **GRAMSCI, Um Estudo Sobre Seu Pensamento Político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradutor: Carlos Nelson Coutinho. Brasil: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Cadernos do Cárcere**: Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. vol. 1.

_____. **Cadernos do Cárcere**: Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. vol. 3.

_____. **Cadernos do Cárcere**: Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. vol. 4.

KRAWCZYK, Nora. **A Construção Social das Políticas Educacionais no Brasil e na América-Latina**. In: KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio. (Orgs). O cenário Educacional Latino-americano no Limiar do Século XXI- Reformas em Debate. Campinas-SP, Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política – 31. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; vol. 5).

SCHLSENER, Anita Helena. **GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: OBSERVAÇÕES A PARTIR DE UMA ABORDAGEM GRAMSCIANA**. Disponível em: <www.tuiuti.edu.br>. Acesso em 22 de junho de 2010.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Gestão, Avaliação e Sucesso Escolar: Recortes da Trajetória Cearense**. Estudos Avançados 21 (60), 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a04v2160.pdf>>. Acesso em 18 de junho de 2010.

^I Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), vinculada ao Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Institucional e ao Grupo de Pesquisa Sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE).

^{II} Professora Doutora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), vinculada ao Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Institucional.

^{III} Hegemonia, sociedade política, sociedade civil, intelectual orgânico, intelectual tradicional são categorias encontradas na teoria política do pensador italiano, militante do Partido Comunista Italiano Antonio Gramsci (1891-1937).

^{IV} Cid Ferreira Gomes (1963), filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), governador do estado do Ceará (2007-2010), ex-prefeito do Município de Sobral (1996-1999/2000-2004) por dois mandatos.

^V Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), Oficina Regional de Educação para América Latina e Caribe (OREALC), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Banco Mundial (BM).

^{VI} Núcleo Gestor (1998) – diretor, coordenador pedagógico, coordenador administrativo-financeiro, coordenador de articulação comunitária (posteriormente, da gestão) e secretário escolar.

^{VII} Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Banco Interamericano para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD).